PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.423, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

"Altera redação do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.336, de 26 de junho de 1996."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.336, de 26 de junho de 1996 passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Passa a denominar-se *ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL "PROFESSOR ERNANI GIANNICO"*, a EMEIPG "Peter Pan"."

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes de execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicacão, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de fevereiro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de fevereiro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.424, DE 06 DE MARÇO DE 1998.

"Altera a redação de dispositivos da Lei Municipal nº 2.010, de 17 de outubro de 1991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os artigos 5º e 6º, da Lei Municipal nº 2.010, de 17 de outubro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 5º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem assegurada a participação da população, por meio de membros de organizações representativas livremente escolhidos pelas mesmas, e do poder público municipal indicados pelo Prefeito, sendo constituído por:

I - 08 (oito) membros representantes de organizações de ordem social e comunitária, sendo:

- **01 (um) representante da Pastoral da Criança;**
- **01 (um) representante da Sociedade Amigos de Bairro;**
- **01 (um) representante de moradores ligados à atividade rural;**
- **01 (um) representante das Escolas particulares;**
- **01 (um) representante das Escolas públicas;**

- **01 (um) representante de Entidade Assistencial;**
- **01 (um) representante da Indústria e Comércio.**

II - 08 (oito) membros representantes do Poder Público, sendo:

- **01 (um) representante da Área de Atendimento Social;**
- **01 (um) representante do Legislativo;**
- **01 (um) representante do Poder Judiciário;**
- **01 (um) representante da Polícia Civil;**
- **01 (um) representante da Polícia Militar;**
- **01 (um) representante da área de Saúde;**
- **01 (um) representante da área de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;**
- **01 (um) representante da área Financeira.**

ARTIGO 6º - Cada membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá 01 (um) suplente."

ARTIGO 2º - Parágrafo Único do Artigo 9º, da Lei Municipal nº 2.010, de 17 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 9º - ...

PARÁGRAFO ÚNICO – Na ocorrência das hipóteses previstas no caput deste artigo, as substituições serão feitas de acordo com o estabelecido no artigo 5º, desta lei."

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(LEI N . 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de Março de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de Março de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.425, DE 12 DE MARÇO DE 1998.

"Dá nova redação e acrescenta alíneas ao inciso IV, do artigo 320 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações."

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - As alíneas "b" e "c" do inciso IV, do Artigo 320, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1.991, que fica acrescentado da alínea "d" abaixo enunciada, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 320 - ...
IV - ...
b) o número de parcelas poderá ser de até 6 (seis), no máximo, cujos valores originais por ano de competência devido, na data da solicitação, importarem em até R$ 1.000,00 (hum mil reais);
c) o número de parcelas poderá ser de até 12 (doze), no máximo, cujos valores originais por ano de competência devido, na data da solicitação, importarem em valor superior ao estabelecido na alínea anterior;
d) os parcelamentos previstos nas alíneas "b" e "c" deverão ser firmados englobando todo o débito pendente, porém sua apuração e forma de pagamento será individuada por ano de competência devido, observado o disposto na alínea "a", todos do presente inciso. "

ARTIGO 2º - Fica facultado ao contribuinte o reparcelamento do débito, uma única vez, desde que tenha firmado acordo de parcelamento nos moldes da Lei Municipal nº 2.299, de 06 de novembro de 1995, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1998 até a data da publicação desta lei.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 12 de março de 1998.

Mario Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 12 de março de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.426, DE 12 DE MARÇO DE 1998.

"Altera redação de dispositivos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - As Tabelas dos Artigos 170 e 180, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações, passam a ter as seguintes especificações:

"ARTIGO 170 - ...

TABELA I

(AMBULANTES INSCRITOS NO CADASTRO MUNICIPAL)

	QUANTIDADE DE UFIRS		
NATUREZA DA ATIVIDADE	POR/DIA	POR/MÊS	POR/ANO
1) gêneros alimentícios.....	5,00	10,00	20,00
2) artigos para fumantes.....	5,00	15,00	30,00
3) louças, ferragens, artigos plásticos e congêneres.....	5,00	15,00	30,00
4) jóias, relógios e congêneres.....	5,00	15,00	30,00
5) bijouterias.....	5,00	15,00	30,00
6) roupas feitas e armarinhos.....	5,00	15,00	30,00
7) redes, tapetes e congêneres.....	5,00	15,00	30,00

TABELA II

(AMBULANTES NÃO INSCRITOS NO CADASTRO MUNICIPAL)

	QUANTIDADE DE UFIRS		
NATUREZA DA ATIVIDADE	POR/DIA	POR/MÊS	POR/ANO
1) gêneros alimentícios.....	20,00	30,00	60,00
2) artigos para fumantes.....	20,00	40,00	80,00
3) louças, ferragens, artigos plásticos e congêneres.....	20,00	40,00	80,00
4) jóias, relógios e congêneres.....	20,00	40,00	80,00
5) bijouterias.....	20,00	40,00	80,00

6) roupas feitas e armarinhos.....	20,00	40,00	80,00
7) redes, tapetes e congêneres.....	20,00	40,00	80,00
8) outras atividades.....	20,00	40,00	80,00

ARTIGO 180 - ...

TABELA I

(AMBULANTES INSCRITOS NO CADASTRO MUNICIPAL)

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFIRS
1) Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados, nas vias e logradouros públicos ou como depósito de materiais ou estabelecimento de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela Administração Municipal, por prazo e a critério desta:	
a) por dia e por m².....	2,00
b) por mês e por m².....	15,00
c) por ano e por m².....	50,00
2) Espaço ocupado por carrinhos de sorvete, pipoca, amendoim, salgados e assemelhados:	
a) por unidade e por dia.....	2,00
b) por unidade e por mês.....	15,00
c) por unidade e por ano.....	50,00
3) Espaço ocupado por automóveis e caminhões de aluguel:	
a) por unidade e por ano.....	100,00
4) Espaço ocupado por charretes e carrinhos de aluguel:	
a) por unidade e por ano.....	25,00

TABELA II

(AMBULANTES NÃO INSCRITOS NO CADASTRO MUNICIPAL)

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFIRS
1) Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados, nas vias e logradouros públicos ou com depósito de materiais ou estabelecimentos de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela Administração Municipal, por prazo e a critério desta:	
a) por dia e por m².....	6,00
b) por mês e por m².....	30,00
c) por ano e por m².....	150,00
2) Espaço ocupado por carrinhos de sorvete, pipoca, amendoim, salgados e assemelhados.....	6,00
a) por unidade e por dia.....	30,00
b) por unidade e por mês.....	150,00
3) Espaço ocupado por automóveis e caminhões de aluguel:	
a) por unidade e por ano.....	300,00
4) Espaço ocupado por charretes e carrinhos de aluguel:	
a) por unidade e por ano.....	75,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 1998, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 12 de março de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 12 de março de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.427, DE 12 DE MARÇO DE 1998.

"Dispõe sobre nova redação ao inciso II e V do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os incisos II e V do artigo 82 da Lei Municipal número 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 82 - ...

II - 2% (DOIS POR CENTO) aos preços de serviços de obras de construção civil e de obras hidráulicas, previstos nos ítens 31, 32 e 44 da Lista de Serviços, bem como, também aos serviços de incineração de resíduos, previstos no ítem 17 da mesma Lista.

V - 0,25% (ZERO VÍRGULA VINTE E CINCO POR CENTO) aos preços dos serviços prestados nos ítens 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 52, 53, 54, 57, 59 (com exclusão do sub-ítem "E"), 62, 63, 64, 65, 67, 68, 82, 83, 84, 86, 98 e 99 da Lista de Serviços."

ARTIGO 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 12 de março de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 12 de março de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.428, DE 12 DE MARÇO DE 1998.

"Dá novos valores à Tabela constante do artigo 214, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A Tabela constante do artigo 214, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações, passa a vigorar com os seguintes valores:

"ARTIGO 214 - ...

TABELA

Especificações	Quantidade de UFIRs	
	Apreensão	Depósito Diário
a)- animais de grande porte.....	30,00	20,00
b)- animais de pequeno porte.....	20,00	10,00
c)- veículos impulsionados a mão..	30,00	5,00
d)- veículos de tração animal.....	40,00	20,00
e)- veículos a motor.....	60,00	40,00
f)- bicicletas.....	10,00	5,00
g)- mercadorias:		
I - por quilo.....	3,00	-
II - por quilo e por dia.....	-	3,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 12 de março de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 12 de março de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.429, DE 18 DE MARÇO DE 1998.
"Institui o Fundo Municipal de Saúde."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

DOS OBJETIVOS

ARTIGO 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde (FMS) que tem como objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos oriundos da União, do Estado, do próprio Município, ou de outras fontes , destinados ao desenvolvimento das ações de saúde executadas pela Supervisão Administrativa de Saúde, de conformidade com o disposto no inciso IX, do artigo 167, da Constituição Federal.

ARTIGO 2º - O Fundo ficará subordinado à Supervisão Administrativa de Saúde e será gerenciado pelo Conselho Municipal de Saúde - COMUS.

ARTIGO 3º - A composição do Fundo Municipal de Saúde será a seguinte:
I - O Coordenador será o Supervisor Administrativo de Saúde;
II - O Assessor Financeiro da Prefeitura Municipal;
III - O Responsável pela Tesouraria Municipal.
PARÁGRAFO ÚNICO – Os membros referidos no caput do presente artigo serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

ARTIGO 4º - São atribuições do Coordenador do Fundo Municipal de Saúde:
I - assinar cheques com o responsável pela Tesouraria quando for o caso.
II -ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo Municipal de Saúde.
III - gerir os recursos do Fundo Municipal de Saúde e fixar as suas diretrizes operacionais de acordo com as políticas estabelecidas pelo Conselho Municipal de Saúde;
IV - elaborar o plano de aplicação, proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Saúde e sua programação financeira, submetendo-as ao COMUS;

V - submeter ao COMUS as demonstrações de receitas e despesas e as prestações de contas do Fundo Municipal de Saúde.
VI - firmar convênios e contratos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo FMS.

ARTIGO 5º - São receitas do Fundo Municipal de Saúde:
I - todas as transferências oriundas do orçamento da União, Estado e Município conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Tremembé;
II - os rendimentos e os juros de aplicações financeiras ;
III - o produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
IV - o produto de arrecadação de taxas, multas e juros de mora decorrentes de infrações ao Código de Saúde, Vigilância Sanitária e outros;
V - doações em espécie feitas diretamente para o Fundo Municipal de Saúde;
VI - outras receitas.

ARTIGO 6º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho previstos no Plano Municipal de Saúde.
§ 1º - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município em obediência ao princípio da unidade.
§ 2º - O orçamento observará na sua elaboração e na sua execução os padrões e normas estabelecida na legislação pertinente.

ARTIGO 7º - A Contabilidade será realizada pelo responsável técnico da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, devendo emitir balancetes mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações para a devida apreciação do COMUS

ARTIGO 8º - A despesa do FMS é constituída de:
I - financiamento total ou parcial de
programas integrados de saúde desenvolvidos pela secretaria ou pôr ela coordenados, conveniados ou contratados;
II - gastos com pessoal vinculados às unidades executoras do SUS, sob a gestão do município;
III - pagamento a pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços, pela execução de programas, projetos e ações específicas do setor de saúde, observado o disposto no § 1º, artigo 199 da Constituição Federal;
IV - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
V - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de serviços de saúde;

VI - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;
VII - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de Recursos Humanos;
VIII - atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações de saúde.

ARTIGO 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de março de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de março de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.430, DE 19 DE MARÇO DE 1998.

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal do Idoso".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Idoso, órgão opinativo, normativo e consultivo na formulação e supervisão da execução da Política de Atendimento ao Idoso do Município, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

ARTIGO 2º - São atribuições do Conselho Municipal do Idoso:

I - Representar os idosos junto aos Poderes Públicos e à comunidade;

II - Emitir pareceres sobre assuntos relacionados aos idosos, que lhe sejam submetidos pela Prefeitura Municipal, órgãos públicos ou municipais;

III - Propor medidas que visem a assistência integral do idoso, baseada em suas necessidades básicas;

IV - Elaborar, propor, integrar e apoiar o Plano Municipal do Idoso, visando à sua qualidade de vida;

V - Organizar campanhas de conscientização, para a sociedade em geral, enfatizando o valor do idoso;

VI - Contatar e articular órgãos Federais, Estaduais e organismos nacionais e internacionais, visando a captação de recursos para desenvolvimento de projetos e programa;

VII - Opinar, propor e acompanhar a aplicação de verbas públicas no que se refere à assistência e proteção à pessoa idosa;

VIII - Sugerir soluções às denúncias, encaminhadas pelo não cumprimento da Lei em razão do idoso;

IX - Instituir, apoiar, dissolver e supervisionar os trabalhos específicos das comissões, não pertencentes ao Conselho Municipal do Idoso;

X - Elaborar e aprovar o Regimento Interno.

ARTIGO 3º - O Conselho Municipal do Idoso será composto e constituído de 06 (seis) membros representantes de organizações de ordem social e comunitária e 06 (seis) membros do Poder Público, sendo:

I - 01 (um) representante da União dos Aposentados e Pensionistas de Tremembé;
II - 01 (um) representante das Instituições Asilares de Idosos;
III - 01 (um) representante de crença religiosa;
IV - 01 (um) representante dos Vicentinos;
V - 01 (um) representante das Associações de Amigos de Bairros;
VI - 01 (um) representante do Centro de Convivência;
VII - 01 (um) representante do Fundo Social de Solidariedade;
VIII - 01 (um) representante da Câmara Municipal;
IX - 01 (um) representante do Poder Judiciário;
X - 01 (um) representante do Setor de Saúde;
XI - 01 (um) representante do Setor de Cultura/Esporte e Lazer;
XII - 01 (um) representante da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

ARTIGO 4º - As funções dos membros do Conselho não serão remunerados, sendo porém, considerados como serviço público relevante.

ARTIGO 5º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, com a obrigatoriedade de recondução de 50% (cinquenta por cento) de seus membros, sendo que o Presidente poderá ser reconduzido por mais de um mandato.

ARTIGO 6º - As decisões do Conselho serão deliberadas pela maioria de seus membros presentes em reunião, tendo o Presidente o voto de qualidade.

ARTIGO 7º - Os membros nomeados do Conselho, escolherão entre eles, o Presidente.

ARTIGO 8º - Os membros do Conselho que faltarem em 3 (três) reuniões consecutivas, serão automaticamente substituidos pelas respectivas entidades ou órgão referido no Conselho.

ARTIGO 9º - Os membros do Conselho Municipal do Idoso serão nomeados pelo Prefeito, através de Portaria.

ARTIGO 10 - O Poder Executivo assegurará o local e a infraestrutura mínima para o funcionamento do Conselho.

ARTIGO 11 - O Conselho poderá solicitar a toda e qualquer repartição pública informações necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho.

ARTIGO 12 - O Conselho Municipal do Idoso será instalado no prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta lei, e deverá elaborar seu regimento interno no prazo de 30 (trinta) dias, após sua instalação.

ARTIGO 13 - As despesas decorrentes com a execução desta lei, correrão por conta de dotações constante de orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dispósições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 19 de março de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de março de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.431, DE 19 DE MARÇO DE 1998.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada **AVENIDA MARIA DA CONCEIÇÃO VARGAS DE OLIVEIRA** a Avenida Um do Loteamento "Residencial Vargas".

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 19 de março de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de março de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.432, DE 24 DE MARÇO DE 1998.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada **RUA JOSÉ BENEDITO DE OLIVEIRA** a Rua 1 do Loteamento "Residencial Vargas".

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de março de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de março de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.433, DE 06 DE ABRIL DE 1998.

"Dispõe sobre autorização para celebração de convênio com a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar convênio com a Fundação PROCON, nos termos do instrumento anexo, que passa a fazer parte integrante desta lei.

ARTIGO 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de abril de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de abril de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON, DEVIDAMENTE INSTITUÍDA PELA LEI Nº 9.192 DE 23/11/95, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 41.170 DE 23/09/96, AUTORIZADA NOS TERMOS DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 41.788 DE 15/5/97 E O MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ COM A FINALIDADE DE EXECUÇÃO, NO ÂMBITO MUNICIPAL, DE PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Pelo presente instrumento, a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta capital, na Rua Líbero Badaró, nº 119, vinculada a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, neste ato representada por sua Diretora Executiva, **Dra. MARIA INÊS FORNAZARO** nos termos do Artigo 14 da Lei nº 9.192, de 23/11/95, a seguir denominada Fundação PROCON, e o Município de Tremembé, representado pelo Prefeito Municipal, **Engenheiro MARIO CARNEIRO LEÃO**, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº ...de ..., adiante denominado apenas Município, celebram o presente convênio. Que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto – O presente convênio tem por objeto o estabelecimento de programa de proteção e Defesa do Consumidor, com vistas ao cumprimento das disposições Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962 e das demais normas legais e regulamentares pertinentes, abrangendo :

I - A cooperação técnica entre a Fundação PROCON e o município, para a prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor;

II - A cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da Fundação PROCON, em matéria de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo Único – O órgão de Proteção e Defesa do Consumidor da Prefeitura poderá usar a sigla 'PROCON', seguida do nome do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

Obrigações da Fundação

A Fundação PROCON se compromete a prestar ao município suporte material e técnico consistente em:

I - quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor, fornecer na medida da disponibilidade:

a) material educativo;
b) manuais de padronização de atendimento e encaminhamento de reclamações;
c) orientações técnicas , elaboração de recomendações e cópias da legislação de interesse;
d) modelos de formulários e fichas para o funcionamento do serviço;
e) treinamento de servidores públicos, nomeados pelo Município, mediante curso de avaliação obrigatórios, objetivando a execução de atividades de proteção e defesa do consumidor.

II - quanto à cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da Fundação PROCON, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) fornecer material impresso necessário ao exercício da fiscalização pelo Município;
b) treinar os servidores públicos indicados pelo Município para a execução do trabalho de fiscalização;
c) fornecer credenciais de Agente de Fiscalização aos servidores públicos considerados aptos, pela Fundação PROCON, após o treinamento e avaliação obrigatórios de que trata a alínea anterior, nos termos do presente Convênio;
d) informar ao órgão local sobre a legislação pertinente em vigor;
e) dar o devido andamento aos processos gerados pelos autos de infração, até a emissão da notificação de recolhimento da multa.

CLÁUSULA TERCEIRA

O Município se compromete a:

I - quanto `a prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;
b) selecionar os servidores públicos destinados a treinamento pela Fundação PROCON;
c) encaminhar à Fundação PROCON, obrigatoriamente até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, relatório mensal das atividades do órgão local especificando o número de consultas e reclamações, os trabalhos técnicos realizados e outras atividades, especialmente a celebração de convênios,

acordos ou trabalhos em conjunto com outras entidades voltadas para a proteção e defesa do consumidor;

d) propiciar aos servidores a participação em cursos, reuniões e demais atividades promovidas pela Fundação PROCON para melhor aprimoramento e reciclagem, comunicando eventuais alterações no endereço ou no quadro de pessoal do órgão.

II - quanto à cooperação no exercício das atribuições fiscalizatórias da Fundação PROCON, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter corpo de fiscalização, subordinado ao órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) remeter à Fundação PROCON, as vias dos autos de infração, para fins de processamento;

c) selecionar servidores públicos destinados a treinamento na Fundação PROCON;

d) enviar relatório mensal, respondendo os quesitos formulados pela Fundação PROCON e relatando eventuais problemas surgidos no Município, a quantidade autuações feitas e os trabalhos realizados em conjunto com outras entidades.

CLÁUSULA QUARTA

Disposições Gerais

Será repassado, pela Fundação PROCON, à Prefeitura, 50% (cinquenta por cento) do montante arrecadado com sanções derivadas de autos lavrados pelo Município.

Parágrafo 1° - Do repasse de verba feito ao Município, no mínimo 10% (dez por cento) deverão ser obrigatoriamente aplicados para manutenção e aprimoramento dos serviços locais de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo 2° - Para eficiência da cooperação entre a Fundação PROCON e o Município, haverá uma coordenação dos trabalhos, que caberá à primeira.

CLÁUSULA QUINTA

O presente Convênio, vigorará pelo prazo de 1 (um) ano , a partir de sua assinatura, prorrogável por igual período, automática e sucessivamente, até o limite máximo de 5 (cinco) anos , podendo, entretanto, ser desfeito a qualquer tempo por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles com antecedência de 60 (sessenta) dias, ou ainda, alterado de comum acordo mediante a lavratura de Termo Aditivo, observada, nesta última hipótese a necessidade de aprovação do Governador do Estado.

CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir dúvidas acaso originárias deste Convênio, que não possam ser resolvidas de comum acordo entre os convenentes.

São Paulo, de de 1998.

MARIA INÊS FORNAZARO
DIRETORIA EXECUTIVA
FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
PROCON

PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

1-

2-

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.434, DE 06 DE ABRIL DE 1998.
"Dispõe sobre denominação de próprio municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada "BIBLIOTECA PROFª "MARIA" PIA IORI" a Biblioteca Municipal.

ARTIGO 2º - Será afixada na entrada do prédio uma placa com os seguintes dizeres: "BIBLIOTECA PROFª "MARIA" PIA IORI".

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de abril de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de abril de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.435, DE 14 DE ABRIL DE 1998.

"Dispõe sobre a criação do Conselho e do Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **Faz Saber** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em caráter permanente e paritário, como órgão deliberativo da política de assistência social no âmbito do Município, em observância ao disposto na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS).

ARTIGO 2º - São atribuições do CMAS:

I - definir as prioridades da política de assistência social;
II - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência;
III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social;
IV - atuar na formulação de estratégias e controle de execução da política de assistência social;
V - aprovar critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
VI - acompanhar a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no município;
VIII - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;

IX - aprovar critérios para celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

X - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

XI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XII - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XIII - convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros a Conferência Municipal de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

XIV - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XV - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

ARTIGO 3º - O CMAS será composto de 08 (oito) membros titulares, denominados Conselheiros, e terá como órgão de deliberação o Plenário ou Colegiado Pleno, compreendendo a totalidade de seus membros.

§ 1° - São cargos permanentes dentro do CMAS:

I - 01 (um) cargo de Presidente;

II - 01 (um) cargo de Vice-Presidente;

III - 01 (um) cargo de Secretário.

§ 2° - Os cargos referidos no parágrafo anterior serão preenchidos mediante eleição entre os Conselheiros, por um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição por um único período subsequente, devendo constar obrigatoriedade do Regimento Interno a Modalidade de votação e a data da realização do escrutínio.

ARTIGO 4º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será composto com a seguinte representatividade:

I - do Governo Municipal:

a) - 01 (um) representante do Serviço de Assistência Social do Município;

b)- 01 (um) representante da área da Saúde;

c)- 01 (um) representante da área da Educação;

d)- 01 (um) representante da área de Finanças, do Município.

II - da Sociedade Civil:

a)- 01 (um) representante de Entidade de atendimento a portadores de deficiência;

b)- 01 (um) representante de Entidade de atendimento à profissionalização de adolescentes;

c)- 01 (um) representante de Entidade de atendimento a idosos;

d)- 01 (um) representante de Entidade de atendimento assistencial na área de saúde.

§ 1° - Cada titular do Conselho Municipal de Assistência Social terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2° - Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

ARTIGO 5° - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação das respectivas entidades.

Parágrafo Único - Os representantes do governo municipal serão de livre escolha do Prefeito Municipal.

ARTIGO 6° - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS reger-se-á, pelas seguintes disposições, no que se refere aos seus membros:

I - o exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

II - os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a três (3) reuniões consecutivas ou cinco (5) reuniões alternadas;

III - os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da respectiva entidade, formulada ao Presidente do Conselho, que a encaminhará ao Prefeito Municipal para a nomeação do substituto;
IV - cada membro do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária.

ARTIGO 7º - O CMAS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I - o órgão de deliberação máxima é o Plenário;
II - as reuniões ordinárias realizar-se-ão obrigatoriamente uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que necessário, na forma regimental, devendo em ambos os casos ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas;
III - para a realização das reuniões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CMAS, que deliberará pelo voto da maioria simples dos presentes;
IV - cada membro do CMAS terá direito a um único voto nas deliberações;
V - os suplentes terão direito a voz e não a voto, exceto quando estiverem substituindo seus titulares;
VI - o Presidente do CMAS só terá voto quando houver empate em qualquer votação do Plenário;
VII as decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções e registradas em livro de atas.

ARTIGO 8º - O Serviço de Assistência Social do Município prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

ARTIGO 9º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradores do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social, sem embargo de sua condição de membro;
II - poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

ARTIGO 10 - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em Plenário, deverão ser amplamente divulgadas.

ARTIGO 11 - O CMAS deverá ser instalado imediatamente após a nomeação dos conselheiros, cuja indicação deverá ser feita pelas diversas representações elencadas no artigo 3º, desta lei.

ARTIGO 12 - O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias após a data da posse de seus membros, a qual ocorrerá dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da promulgação desta lei, submetendo à deliberação do Plenário, que o aprovará pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único - Qualquer modificação ou adaptação posterior do Regimento Interno somente poderá ser efetivada desde que observado "quorum de votação" estabelecido neste artigo, sob pena de nulidade absoluta do ato resultante.

ARTIGO 13 - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações na área de assistência social no âmbito do Município, de conformidade com o disposto no inciso IX, do artigo 167, da Constituição Federal.

ARTIGO 14 - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacionais e Estadual de Assistência Social;
II - dotações orçamentárias do município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;
III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;
IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

VI - produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

-

VIII - pagamento de benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I, do artigo 15, da Lei Orgânica da Assistência Social;

IX - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º - A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela assistência social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social assim que sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º - As receitas do FMAS serão obrigatoriamente depositadas em conta especial com a denominação "Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS", a ser aberta em mantida em agência de estabelecimento bancário ou instituição financeira oficial, preferencialmente sediadas no Município.

ARTIGO 15 - O Fundo, de que trata esta lei, integrará o orçamento municipal e será gerido pelo Serviço Municipal de Assistência Social do Município, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º - O órgão ao qual está vinculado o FMAS fornecerá os recursos humanos e materiais necessários a consecução de seus objetivos.

§ 2º - A proposta orçamentária do FMAS constará do Plano Plurianual de Investimentos e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ARTIGO 16 - Os recursos do FMAS serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas e projetos de assistência social desenvolvidos pelo órgão da administração pública municipal responsável pela execução da Política de Assistência Social ou por órgão conveniado;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público ou privado para a execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente e de consumo e de outros para prestação de serviços de assistência social;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VI - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I, do artigo 15, da Lei Orgânica de Assistência Social, cuja concessão e valor serão regulamentados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, de acordo com os critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social;

VIII - outros financiamentos que o município julgar necessários, para atendimento às peculiaridades locais.

ARTIGO 17 - O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 1º - As transferências de recursos para organizações governamentais e não-governamentais de Assistência Social serão processados mediante convênios, contratos, acordos, ajustes ou similares, obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º - Somente serão efetuados pagamentos ou transferências com recursos do FMAS após assinatura do empenho pelo Presidente do CMAS autorizando sua execução, com a conseqüente emissão de cheques assinados em conjunto com o responsável pela Tesouraria Municipal.

ARTIGO 18 - As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social, mensalmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

ARTIGO 19 - Para atender às despesas da implantação da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no presente exercício, Crédito Adicional Especial até o valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), obedecidas as prescrições contidas nos incisos I a IV, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único - O Fundo Municipal de Assistência Social será colocado em funcionamento, simultaneamente com o Conselho Municipal de Assistência Social, através de ato a ser baixado pelo Poder Executivo.

ARTIGO 20 - O Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados de sua publicação.

ARTIGO 21 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de abril de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de abril de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.436, DE 16 DE ABRIL DE 1998

"Dispõe sobre a criação, no Quadro de Funcionários da Câmara Municipal, de Função-Atividade Permanente de Confiança, de Provimento em Comissão e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, ESTADO DE SÃO PAULO, COM BASE NAS DISPOSIÇÕES DOS §§ 1º E 3º DO ARTIGO 47, E NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ARTIGO 26, V, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, **PROMULGA** A SEGUINTE LEI :

ARTIGO 1º - Fica criada no Quadro de Funcionários da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé 01 (uma) FUNÇÃO-ATIVIDADE PERMANENTE DE CONFIANÇA de **MOTORISTA**, referência **16**, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes do cumprimento desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de abril de 1998.

JOSÉ BENEDITO COUTO FILHO
Presidente

Publicada e registrada na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de abril de 1998.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

LEI Nº 2.437-A, de 15 DE MAIO DE 1998

"ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO I, DO ARTIGO 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 2.010, DE 17 DE OUTURBRO DE 1991, ALTERADO ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.424, DE 06 DE MARÇO DE 1998."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, ESTADO DE SÃO PAULO, COM BASE NAS DISPOSIÇÕES DOS § § 1º E 3º DO ARTIGO 47, E NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO ARTIGO 26, V, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - O inciso I, do artigo 5º da Lei Municipal nº 2.010, de 17 de outubro de 1991, alterado através da Lei Municipal nº 2.424, de 06 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 5º - .....

I – 08 (oito) membros representantes de organizações de ordem social e comunitária, sendo:

- 01 (um) representante da Pastoral da Criança;
- 01 (um) representante da Sociedade Amigos de Bairro;
- 01 (um) representante de moradores ligados à atividade rural;
- 01 (um) representante das Escolas Particulares;
- 01 (um) representante das Escolas Públicas;
- 01 (um) representante de Entidade Assistencial;
- 01 (um) representante da Indústria e Comércio;
- 01 (um) representante do Departamento da Infância e Juventude da Ordem dos Advogados do Brasil."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, AOS 15 DE MAIO DE 1998.

JOSÉ BENEDITO COUTO FILHO
Presidente

PUBLICADA E REGISTRADA NA SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, AOS 15 DE MAIO DE 1998.

MARIA CRISTINA CONFALONE
Diretora Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(LEI Nº 8.506, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.437, DE 15 DE MAIO DE 1998.

"Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.426, de 12 de março de 1998".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 2.426, de 12 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 1999, permanecendo até 31 de dezembro de 1998 a legislação anterior, revogadas as disposições em contrário".

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 15 de maio de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de maio de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(LEI Nº 8.506, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.438, DE 15 DE MAIO DE 1998.

"Altera a redação do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.428, de 12 de março de 1998".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 2º da Lei Municipal nº 2.428, de 12 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**ARTIGO 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 1999, permanecendo até 31 de dezembro de 1998 a legislação anterior, revogadas as disposições em contrário."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 15 de maio de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de maio de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(LEI Nº 8.506, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.439, DE 15 DE MAIO DE 1998.

"Suprime ítem 44 do inciso II, do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, alterado pela Lei Municipal nº 2.427, de 12 de março de 1998".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica suprimido o ítem 44 do inciso II do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, alterado pela Lei Municipal nº 2.427, de 12 de março de 1998.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 15 de maio de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de maio de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

L E I Nº 2.440, DE 24 DE JUNHO DE 1998.

"Dá nova redação ao Inciso IV, do Artigo 320 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, alterado pela Lei Municipal nº 2.425, de 12 de março de 1998 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Inciso IV, do Artigo 320 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, alterado pela Lei Municipal nº 2.425, de 12 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 320 - .....

IV - .....

a)- os débitos deverão ser atualizados monetariamente, de acordo com o disposto nos artigos 41, 42, 71 ou 72, ou nos moldes do § 3º dos artigos 30 ou 61, além da multa e juros de mora devidos;

b)- o número de prestações deverá ser de ate, no máximo 18 (dezoito), desde que o valor mínimo, de cada prestação, não seja inferior a R$ 20,00 (vinte reais), os quais deverão ser atualizados monetariamente, de acordo com o disposto na alínea "a", deste inciso;

c)- o(s) parcelamento(s) previsto(s) na alínea "b", deverão ser firmado(s) sobre o valor total do(s) débitos(s) apurado(s), elaborando-se um único Termo de Acordo, o qual deverá conter os valores individuados, ano a ano."

ARTIGO 2º - Fica suprimido a alínea "d", acrescentada ao Inciso IV do Artigo 320 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, através da Lei Municipal nº 2.425, de 132 de março de 1998.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Artigo 2° da Lei Municipal n° 2.425, de 12 de março de 1998.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de junho de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de junho de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.441, DE 24 DE JULHO DE 1998.

"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999 e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1999 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da Administração direita e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

ARTIGO 2º - A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1999 obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

§ 1º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes a preços de julho/98, considerando os aumentos ou diminuições de serviços.

§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas a preços de Julho de 1998, considerar-se-ão a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, os quais serão objeto de projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal, até quatro meses antes do encerramento do exercício.

§ 4º - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização legislativa.

§ 5º - O pagamento do serviço da dívida de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Artigo 212, da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino de Educação Infantil e Fundamental.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade do Município e o Plano Plurianual aprovado pela Lei Municipal nº 2.399, de 21 de agosto de 1997, com suas conseqüentes alterações, procederá à seleção das prioridades dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei, e as orçará a preço de julho de 1998, ficando expressamente vedada a terceirização de

qualquer serviço público municipal, salvo nos casos de prévia autorização legislativa, na forma estabelecida na Lei Orgânica do Município.

ARTIGO 4° - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com outras esferas do governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, desde que obtida a necessária autorização legislativa.

ARTIGO 5° - As despesas com pessoa da Administração Direta e Indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente atendendo a Lei Complementar nº 82/95.

§ 1° - Entende-se como receitas correntes para efeitos de limites do presente artigo a somatória das receitas correntes da Administração direita e das receitas correntes próprias da Administração indireta, provenientes das Autarquias e Fundações Públicas, excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2° - O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da administração direta e indireta nas seguintes despesas:

- salários;
- proventos de aposentadoria e pensões;
- remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- remuneração dos Vereadores.

§ 3° - A concessão de qualquer vantagem ou o aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da Administração direta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput".

ARTIGO 6° - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira às entidades sem fins lucrativos, reconhecidas e declaradas de utilidade pública, inclusive pela Municipalidade, atuantes nas áreas de saúde, educação e assistência social, desde que comprovado que seus fundadores, sócios, titulares, mantenedores e diretores exerçam suas ocupações sem qualquer tipo de retribuição ou remuneração.

§ 1° - Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicações apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º - Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar os 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiverem as suas contas aprovadas pelo Poder Executivo, que deverá, em qualquer hipótese, fazer remessa de cópia integral das mesmas à Câmara Municipal, por ocasião de seu recebimento.

ARTIGO 7º - O orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional existente, que somente poderá ser modificada ou alterada através de lei, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta ou indireta.

ARTIGO 8º - As operações de crédito por antecipação da receita, contratadas pelo Município, mediante prévia autorização legislativa, serão totalmente, liquidadas até o final do exercício.

ARTIGO 9º - O Prefeito Municipal enviará, até o dia 30 de setembro/98, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa devolvendo-o a seguir para sanção.

ARTIGO 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de junho de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de junho de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(LEI Nº 8.506, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

L E I Nº 2.442, DE 21 DE AGOSTO DE 1998.

"Dispõe sobre nova redação ao inciso II, do artigo 4º, da Lei nº 2.435, de 14 de abril de 1998".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O inciso II, do artigo 4º da Lei Municipal nº 2.435, de 14 de abril de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 4º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será composto com a seguinte representatividade:

II - Da Sociedade Civil:

a)- 01 (um) representante dos usuários;
b)- 01 (um) representante de atendimento à criança e ao adolescente;
c)- 01 (um) representante de entidade de atendimento aos idosos;
d)- 01 (um) representante dos profissionais que atuam na área de Assistência Social do Município."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de agosto de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de agosto de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

L E I Nº 2.443, DE 21 DE AGOSTO DE 1998.

"Altera dispositivos constantes na Lei Municipal nº 2.386, de 07 de maio de 1997."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os artigos, parágrafos e incisos da Lei Municipal nº 2.386, de 07 de maio de 1997, abaixo discriminados passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde - COMUS em caráter permanente, como órgão deliberativo, paritário e como gestor do Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito municipal."

"ARTIGO 2º - ....

IV - estabelecer a adoção de critérios que definam qualidade e melhor resolutividade, verificando o processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área;

V - definir medidas para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS;

VIII - estabelecer a convocação e estruturar a comissão organizadora das Conferências Municipais de Saúde;

XI - definir critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde, acompanhando a movimentação e destinação dos recursos."

"ARTIGO 4º - O Conselho Municipal de Saúde - COMUS, terá a seguinte composição:

I - **Do Governo Municipal**:

a) - 01 (um) representante do Serviço de Saúde, gestor do programa de saúde do Município;

b) - 01 (um) representante do Setor de Finanças da Municipalidade.

II - **Dos prestadores de serviços públicos privados**:

a) - 01 (um) representante dos prestadores filantrópicos;

b) - 01 (um) representante dos prestadores privados, contratados ou que prestam serviços ao SUS.

III - **Dos profissionais da área de saúde:**

a) - 02 (dois) representantes dos profissionais de saúde do Município.

IV - **Dos usuários:**

a) - 04 (quatro) representantes das entidades e/ou associações comunitárias;

b) - 01 (um) representante dos sindicatos e entidades de trabalhadores;

c) - 01 (um) representante das associações de portadores de deficiências e patologias.

§ 1° - O mandato dos Conselheiros eleitos e/ou indicados será de 02 (dois) anos, a contar da data da nomeação de seus membros.

§ 2° - A cada titular do COMUS corresponderá um suplente.

§ 3° - Serão considerados, para fins de representatividade no COMUS, aqueles indicados pelas entidades e/ou comunidades organizadas, mediante ato oficial e específico para esse fim.

§ 4° - A determinação do parágrafo anterior será cumprida para esse primeiro mandato, sendo exigido para os próximos que, os interessados e indicados na representatividade, tenham suas entidades e/ou associações legalmente regulamentada junto aos órgãos competentes.

§ 5° - A representação dos profissionais da área de saúde será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.

§ 6° - O número de representantes de que trata o inciso IV do presente artigo não será inferior a 50% (cinqüenta por cento) dos membros do COMUS."

ARTIGO 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de agosto de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de agosto de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

L E I Nº 2.444, DE 27 DE AGOSTO DE 1998.

"Institui o Conselho Municipal de Entorpecentes e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1° - Fica instituído, junto ao Gabinete do Prefeito o Conselho Municipal de Entorpecentes.

ARTIGO 2° - São objetivos do Conselho Municipal de Entorpecentes:

I propor o programa municipal de prevenção do uso indevido e abuso de drogas e entorpecentes, compatibilizando-o com o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, bem como a política estadual de entorpecentes, acompanhando a sua execução;

II - estimular estudos sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substância que determinem dependência física e psíquica, visando a sua prevenção;

III - coordenar, desenvolver e estimular, no âmbito do Município, programas e atividades de prevenção do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física e psíquica;

IV - propor ao Prefeito Municipal medidas que visem aos objetivos previstos nos incisos anteriores;

V - propor ao Prefeito Municipal sugestões sobre a matéria, para fins de encaminhamento a autoridades e órgãos federais, estaduais e de outros municípios.

ARTIGO 3° - O Conselho será integrado por representantes da Comunidade, a convite do Prefeito e por um representante de cada um dos seguintes órgãos:

a)- Um representante do Poder Executivo;
b)- Um representante do Poder Legislativo;
c)- Um representante do Poder Judiciário;
d)- Um representante da Polícia Civil.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os membros do Conselho terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

ARTIGO 4° - O Conselho será presidido por um dos seus membros, escolhido e designado pelo Prefeito Municipal.

ARTIGO 5° - As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém consideradas de relevante serviço público.

ARTIGO 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de agosto de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de agosto de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

L E I Nº 2.445, DE 27 DE AGOSTO DE 1998.
"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Colégio "Tableau" Educacional S/C Ltda."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Colégio "Tableau" Educacional S/C Ltda., para o fim específico de implantação do curso de estágio de enfermagem qualificação III, nas dependências do Centro de Saúde e Pronto-Atendimento Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a que se refere o artigo será firmado nos termos da minuta anexa, que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do convênio referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de agosto de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de agosto de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

L E I Nº 2.446, DE 27 DE AGOSTO DE 1998.

"Institui o Programa Municipal de Conservação de Estradas Rurais."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Conservação de Estradas Rurais "MELHOR CAMINHO" objetivando:

I - manter as estradas em perfeitas condições de uso, de forma a garantir os produtores rurais o transporte seguro dos insumos e safras agrícolas;

II - controlar a erosão do solo agrícola.

ARTIGO 2º - Para consecução do Programa ora instituído caberá ao Município:

I - zelar pelo sistema de drenagem das estradas visando a:

a) proteger a pista de rolamento, impedindo que as águas pluviais corram diretamente sobre ela, mediante a manutenção de um abaulamento tranversal de no mínimo 3% (três por cento);

b) diminuir a quantidade de água conduzida através da estrada, por meio de saídas laterais, passagens abertas e bueiros com espaçamento adequado, de forma a conduzir tecnicamente a água para fora do leito de estrada.

II - zelar pela observância, nas estradas municipais, das normas técnicas atinentes a pista de rolamento, acostamento, faixa da estrada e distância de visibilidade;

III - manter atualizados mapas cadastrais das estradas municipais e das jazidas de material utilizável na recuperação das estradas;

IV - manter os barrancos e os acostamentos ao longo das estradas devidamente roçados.

ARTIGO 3º - São obrigações dos proprietários de imóveis adjacentes às estradas municipais:

I - executar as obras e serviços que impeçam as águas pluviais de atingirem as estradas;

II - evitar a dispersão ou o escoamento de excessos de água nas estradas municipais;
III - evitar qualquer dano no leito carroçável ou ao acostamento, bem como a retiradas do material vegetal necessário a conservação e manutenção da estrada;
IV - evitar a obstrução ou dificultar a passagem das águas pluviais pelos canais de escoamento, abertos pelo Município ao longo das estradas.

ARTIGO 4º - Aos infratores das disposições contidas nesta lei serão aplicadas, na forma prevista em Regulamento, as penalidades de:
I - advertência;
II - multa de 10 a 200 (UFIR).
PARÁGRAFO 1º - As penalidades acima referidas incidirão sobre os autores sejam eles arrendatários, parceiros, posseiros, gerentes, técnico responsável, administradores, diretores, promitentes-compradores ou proprietários de área agrosilvo-pastoril, ainda que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos proponentes ou superiores hierárquicos.
PARÁGRAFO 2º - A autuação pelo Estado por infrigência a Lei Estadual nº 6.181, de 04 de julho de 1988, alterada pela Lei nº 8.421, de 23 de novembro de 1993, excluirá a autuação pelo município em razão da mesma infração.

ARTIGO 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

ARTIGO 6º - Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo para execução do Programa "Melhor Caminho", nos termos do Decreto Estadual nº 41.721, de 17 de abril de 1997.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de agosto de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

Publicaca e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de agosto de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506, de 23 de dezembro de 1993)

1

L E I Nº 2.447, DE 27 DE AGOSTO DE 1998.

"Autoriza a celebração de Convênio e Termos de Aditamento ou Reti-ratificação a Convênios com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, objetivando o início da construção do Núcleo da 3ª Idade do Município de Tremembé."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1° - Fica a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, autorizada a celebrar convênios e Termos de Aditamentos ou reti-ratificação a Convênios celebrados com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, objetivando o inicio da construção do Nucleo da 3ª Idade do Município.

ARTIGO 2° - Os serviços a serem executados, objetivando o início da obra de que trata o artigo anterior, serão efetivados em parte de próprio Municipal, numa área de 810,00 m2, à Rua Lorena, s/n° - Parque Nossa Senhora da Glória, nesta localidade, conforme croqui em anexo.

ARTIGO 3° - O Núcleo da 3ª Idade destina-se ao desenvolvimento de programa de interesse da comunidade sempre em regime de meio aberto, com vista ao atendimento e encaminhamento de idosos deste Município em razão: Assistencial - Social - Educacional - Lazer e Saúde, observando devidamente as determinações da Lei Orgânica de Assistência Social .

ARTIGO 4° - Na hipótese de vir a ser o Núcleo de Promoção Social utilizado em qualquer outra finalidade, que não as fixadas no artigo anterior e no Convênio firmado entre as partes, fica desde já conferida a Prefeitura Municipal, a capacidade de gravar o bem imóvel e a respectiva edificação com as condições de cláusula Resolutiva de propriedade que se operará de pleno direito, uma vez edificada, transferindo-se a propriedade plena do imóvel à Fazenda Pública Estadual, com destinação preferencial para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

RESPONSÁVEL PELO ARQUIVO

ARTIGO 5º - Para fazer face as despesas decorrentes de aplicação desta Lei, fica o Executivo Municipal, autorizado a proceder a abertura dos créditos especiais que se fizerem necessários.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 27 de agosto de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 27 de agosto de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

RESPONSÁVEL TÉCNICO

LEI Nº 2.448, DE 27 DE AGOSTO DE 1998.

"Dispõe sobre proibição de espaços de parques, praças, jardins, vias e estradas municipais, na forma que especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica expressamente proibida a utilização de espaços de parques, praças, jardins, vias e estradas municipais para empina de pipas através de linha preparada com qualquer tipo de substância de endurecimento ou cortante.

ARTIGO 2º - O descumprimento do disposto no artigo anterior sujeitará o infrator, de forma gradativa, nas seguintes sanções administrativas:

I - advertência, com imediata cessação do ato, na ocorrência da primeira autuação;
II - apreensão do material utilizado no caso de reincidência;
III - multa e apreensão do material utilizado na hipótese de segunda reincidência sucessiva;

§ 1º - A multa prevista no presente artigo será de 50 (cinqüenta) UFIR's aplicada, em valor dobrado ao anterior, em cada reincidência sucessiva.
§ 2º - O auto de infração será lavrado em nome do transgressor ou do responsável legal em sendo menor o infrator, que responderá pelo pagamento da multa.

ARTIGO 3º - O cumprimento da presente lei será exercido através do regular Poder de Polícia do Município.

ARTIGO 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, no que couber, desde que não contrarie ou fruste o seu inteiro cumprimento.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de agosto de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de agosto de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.449, DE 08 DE SETEMBRO DE 1998.

"Dispõe sobre nova redação a dispositivos constantes da Lei nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Os incisos III e IV do artigo 140, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com as alterações posteriores, passam a vigorar com as seguintes redações:

"ARTIGO 140 - ...

...

III - 0,33 % (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, por atraso sobre o valor atualizado do débito, limitado a 15% (quinze por cento).

IV - 15% (quinze por cento) para débitos existentes até 31 de dezembro de 1996."

ARTIGO 2º - As alíneas "b"e "c" do parágrafo 4º, do artigo 154, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com as alterações anteriores, passam a vigorar com as seguintes redações::

"ARTIGO 154 - ...

***Parágrafo Quarto** - ...*

***b)** -0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, por atraso, sobre o valor atualizado do débito, limitado a 15 % (quinze por cento).*

***c)** - 15% (quinze por cento) para débitos existentes até 31 de dezembro de 1996."*

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de setembro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de setembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

L E I Nº 2.450, DE 28 DE SETEMBRO DE 1998.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada **RUA MIGUEL ALVES CARDOSO**, a Rua Particular 3, no Bairro do Padre Eterno.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução deste lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 28 de setembro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 28 de setembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.451, DE 09 DE OUTUBRO DE 1998.

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Portadores de Deficiências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criado, junto ao Gabinete do Prefeito o Conselho Municipal dos Portadores de Deficiências, que terá a finalidade de assessorar o Governo Municipal, no sentido de que o exercício dos direitos civis e humanos das pessoas deficientes sejam assegurados, dentro da globalidade da política do Governo.

ARTIGO 2º - Ao Conselho Municipal dos Portadores de Deficiências compete estabelecer diretrizes que visem à implementação dos planos e programas de apoio as pessoas deficientes, propondo medidas de defesa de seus direitos.

ARTIGO 3º - O Conselho será composto por 07 (sete) Conselheiros, na seguinte conformidade:

I - Da Sociedade Civil:

a)- 01 (um) Representante de entidades prestadora de serviços às pessoas portadoras de deficiência, atendendo à globalidade das deficiências;

b)- 01 (um) Deficiente físico;

c)- 01 (um) Representante da Pastoral da Criança;

d)- 01 (um) Representante da Pastoral da Saúde;

II - Do Governo Municipal:

a)- 01 (um) Representante do Serviço de Assistência Social;

b)- 01 (um) Representante da Assessoria de Planejamento e Obras;

c)- 01 (um) Representante da Assessoria de Educação e Cultura.

§ 1° - Cada titular do Conselho terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§ 2° - O mandato terá a duração de 02 (dois) anos, podendo haver recondução por igual período.

§ 3° - Os membros do Conselho serão substituídos caso faltem, sem justificativas a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 03 (três) reuniões intercaladas.

§ 4° - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito Municipal.

§ 5° - Os representantes da Sociedade Civil serão indicados pelas categorias que os representam.

§ 6° - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado.

ARTIGO 4º - Constituirão receita do Conselho Municipal dos Portadores de Deficiência:

I - Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

II - Dotações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não governamentais;

III - Doações em espécie feitas diretamente ao Conselho Municipal dos Portadores de Deficiência;

IV - Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

ARTIGO 5º - A prestação de contas das atividades do Conselho, inclusive da aplicação dos recursos financeiros que lhe forem destinados, será apresentado a Câmara Municipal juntamente com a prestação de contas da Prefeitura Municipal.

ARTIGO 6º - O Conselho Municipal dos Portadores de Deficiências será regulamentado, no que couber, desde que não contrarie ou fruste o seu inteiro cumprimento.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 09 de outubro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de outubro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.452, DE 09 DE OUTUBRO DE 1998.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar, da ordem de R$ 315.000,00 (TREZENTOS E QUINZE MIL REAIS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

2.	GABINETE DO PREFEITO	
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
13754282.13	Manut.Serv.Saúde-P.A.A.T. e Ambulatório.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	(+)R$ 5.000,00
7.	ASSESSORIA DE FINANÇAS	
7.1.1	SERVIÇO DE FINANÇAS	
03080322.24	Man.Serv.Setor Contabilidade/Tributação.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 150.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 150.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 150.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)R$ 150.000,00
9.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS	
9.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO	
10583232.40	S.O.P.U. Seção de Cons. de Vias Públicas	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 60.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 60.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)R$ 60.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)R$ 60.000,00

10.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	
03080332.55	Amortização da Dívida Contratada.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)R$ 100.000,00
4.3.0.0	Transferências de Capital.....	(+)R$ 100.000,00
4.3.5.0	Amortização da Dívida Interna.....	(+)R$ 100.000,00
4.3.5.1	Amortização da Dívida Contratada.....	(+)R$ 100.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura da despesa a que se refere o artigo anterior, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária corrente:

9.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS	
9.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO	
10583231.23	Pavimentação e Conservação de Vias Públicas	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)R$ 315.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)R$ 315.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-)R$ 315.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de outubro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de outubro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.453, DE 09 DE OUTUBRO DE 1998.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para o fim que determina."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um **Crédito Adicional Especial** da ordem de R$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS), para custear despesas com a retenção de 15% (quinze por cento) a favor do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, assim classificado:

8.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
8.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
08421882.33	Seção de Ensino de 1º Grau - ER.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 500.000,00
3.2.0.0	Transferências Correntes.....	(+)R$ 500.000,00
3.2.1.0	Transferências Intragovernamentais.....	(+)R$ 500.000,00
3.2.1.4	Contribuições a Fundos.....	(+)R$ 500.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura da despesa a que se refere o artigo anterior, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária corrente:

8.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
8.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
08421882.33	Seção de Ensino de 1º Grau - ER.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)R$ 500.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)R$ 500.000,00
3.1.0.0	Pessoal	(-)R$ 500.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil..	(-)R$ 500.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de outubro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de outubro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.454, DE 09 DE OUTUBRO DE 1998.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei: -

ARTIGO 1º - Fica denominada **RUA BENEDITO RODRIGUES ALVES** a Rua Particular 4, do Bairro Padre Eterno.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 09 de outubro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de outubro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.455, DE 16 DE OUTUBRO DE 1998.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar, da ordem de R$ 734.000,00 (SETECENTOS E TRINTA E QUATRO MIL REAIS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

1.	LEGISLATIVO	
1.2	SECRETARIA	
01010212.02	Manutenção dos Serviços de Secretaria.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 3.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 3.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 3.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	(+)R$ 3.000,00
01010211.01	Amp. Ref. de Próprios da Câmara Municipal.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)R$ 21.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)R$ 21.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(+)R$ 21.000,00
2.	GABINETE DO PREFEITO	
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
03070202.05	Manutenção das Ativ. do Gabinete do Prefeito.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 50.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 50.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 50.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)R$ 50.000,00

08411852.12	Manut. Atividades de Creches Municipais.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)R$ 5.000,00
7.	ASSESSORIA DE FINANÇAS	
7.1.1	SERVIÇO DE FINANÇAS	
03080322.24	Man. Serv. Setor Contabilidade/Tributação.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 170.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 170.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 170.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)R$ 170.000,00
8.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
8.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
08421882.33	Seção de Ensino de 1° Grau - ER.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)R$ 30.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)R$ 30.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	(+)R$ 30.000,00
08424271.11	Const.Ref.Prédios Adeq. Cozinha M.Escolar.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)R$ 10.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)R$ 10.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(+)R$ 10.000,00
08424272.34	Man.Ativ. Setor - Seção de Merenda Escolar.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)R$ 40.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)R$ 40.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	(+)R$ 40.000,00
9.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS	
9.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO	
10583232.39	S.A.P.L.A.P. Seç.Fisc. de O.Particulares.	

3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 100.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 100.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)R$ 100.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)R$ 100.000,00
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 150.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 150.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 150.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)R$ 150.000,00
9.1.2.1	SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS	
16885322.46	Manut.do Terminal Rodov. de Passageiros.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)R$ 5.000,00
10.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
10.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	
03070212.49	Despesas com Outros Serviços e Encargos.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 150.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 150.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 150.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)R$ 150.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura da despesa a que se refere o artigo anterior, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária corrente:

1.	LEGISLATIVO	
1.2	SECRETARIA	
01010212.02	Manutenção dos Serviços de Secretaria.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)R$ 5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(-)R$ 5.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(-)R$ 5.000,00

01010211.01	Amp.Ref. de Próprios da Câmara Municipal.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)R$ 10.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)R$ 10.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$ 10.000,00
1.3	PROCURADORIA	
01010212.03	Manutenção dos Serviços da Procuradoria.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)R$ 1.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)R$ 1.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(-)R$ 1.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(-)R$ 1.000,00
1.4	MINI-BIBLIOTECA	
01482471.02	Implantação de Mini-Biblioteca Pública.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)R$ 1.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)R$ 1.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(-)R$ 1.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(-)R$ 1.000,00
1.5	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL.	
01824952.04	Pagamentos à Inativos.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)R$ 7.000,00
3.2.0.0	Transferências Correntes.....	(-)R$ 7.000,00
3.2.5.0	Transferências à Pessoas.....	(-)R$ 7.000,00
3.2.5.1	Inativos.....	(-)R$ 7.000,00
9.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS	
9.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO	
10583231.23	Pavimentação e Conservação de Vias Públicas	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)R$ 710.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)R$ 710.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-)R$ 710.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 16 de outubro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de outubro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.456, DE 22 DE OUTUBRO DE 1998.

"Dispõe sobre denominação de estrada municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei: -

ARTIGO 1º - Fica denominada "Estrada Municipal Vicente Mancastropi" a TMN-238, Bairro do Berizal, em seu primeiro trecho, que tem início no entroncamento com a Rodovia Pedro Celete e vai até a Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro, numa extensão de 2,9 km., conforme Memorial Descritivo anexo.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do Orçamento Financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de outubro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de outubro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

L E I Nº 2.457, DE 22 DE OUTUBRO DE 1998.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **Faz Saber** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada "**Rua José Ricardo Duarte**", a Rua 03 do Parque Vera Cruz, em nossa cidade.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de outubro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de outubro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

L E I Nº 2.458, DE 22 DE OUTUBRO DE 1998.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **Faz Saber** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada **"Rua Alceu Moreira"**, a Rua 02 (dois) do Parque Vera Cruz, em nossa cidade.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de outubro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de outubro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.459, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1998.

"Dispõe sobre denominação de estrada municipal".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica denominada "Estrada Municipal Mário Andrade de Souza", a TMN-224, no Bairro do Mato Dentro, que tem início na Estrada TMN-356, hoje denominada Estrada Municipal Dr. Luiz Macedo Barroso, conforme Memorial Descritivo anexo.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do Orçamento Financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de novembro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de novembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.460, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1998.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar".

O Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei: -

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar, da ordem de **R$ 491.000,00** (QUATROCENTOS E NOVENTA E UM MIL REAIS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

1.	**LEGISLATIVO**	
1.2	**SECRETARIA**	
01010211.01	Amp. Ref. de Próprios da Câmara Municipal.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)R$ 21.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)R$ 21.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(+)R$ 18.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	(+)R$ 3.000,00
2.	**GABINETE DO PREFEITO**	
2.1	**ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**	
13754282.13	Manut. Serv. Saúde – PAAT. Ambulatório.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$275.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$275.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)R$250.000,00
3.1.1.0	Pessoal Civil.....	(+)R$250.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)R$ 25.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	(+)R$ 25.000,00
5.	**ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS**	
5.1	**ADMINISTRAÇÃO**	
03070212.18	Manutenção das Atividades da Assessoria de Assuntos Jurídicos.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 5.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)R$ 5.00000
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)R$ 5.000,00
6.	**ASSESSORIA ADMINISTRATIVA**	
6.1.1	**SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**	

03070212.20	Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 40.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 40.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)R$ 40.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)R$ 40.000,00
6.1.2	**SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO**	
03070212.21	Manutenção das Atividades do Serviço de Material e Patrimônio.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 60.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 60.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)R$ 60.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)R$ 60.000,00
7.	**ASSESSORIA DE FINANÇAS**	
7.1.1.	**SERVIÇO DE FINANÇAS**	
03080322.24	Manutenção do Serviço do Setor de Contabilidade/Tributação.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 35.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 35.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)R$ 35.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)R$ 35.000,00
9.	**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS**	
9.1.1.	**SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO**	
10583232.40	S.O.P.V. Seção de Conservação de Vias Públicas.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 40.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 40.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)R$ 40.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)R$ 40.000,00
9.1.2.1	**SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS**	
10603252.45	Seção de Limpeza Pública - Manutenção.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)R$ 15.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)R$ 15.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)R$ 15.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)R$ 15.000,00

ARTIGO 2º- A cobertura da despesa a que se refere o artigo anterior será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária corrente:

1. LEGISLATIVO

1.1	**CORPO LEGISLATIVO**	
01010012.01	Manutenção dos Trabalhos Legislativos.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)R$ 5.500,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)R$ 5.500,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)R$ 5.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)R$ 5.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	(-)R$ 500,00
1.2	**SECRETARIA**	
01010212.02	Manutenção dos Serviços da Secretaria.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)R$ 6.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)R$ 6.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)R$ 6.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)R$ 6.000,00
1.4	**MINI-BIBLIOTECA**	
01482471.02	Implantação de Mini-Biblioteca Pública.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)R$ 3 .600,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)R$ 3.600,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)R$ 1.800,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)R$ 900,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	(-)R$ 900,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	(-)R$ 900,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(-)R$ 900,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(-)R$ 900,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)R$ 900,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)R$ 900,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$ 900,00
1.5	**ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL**	
01824952.04	Pagamento à Inativos.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)R$ 5.000,00
3.2.0.0	Transferências Correntes.....	(-)R$ 5.000,00
3.2.5.0	Transferências à Pessoas.....	(-)R$ 5.000,00
3.2.5.1	Inativos.....	(-)R$ 5.000,00
9.	**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS**	
9.1.1	**SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO**	
10583231.23	Pavimentação e Conservação de Vias Públicas.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)R$470.000,00

4.1.0.0	Investimentos.....	(-)R$470.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-)R$470.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de novembro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de novembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.461, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1998.
"Dispõe sobre denominação de Estrada Municipal".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei: -

ARTIGO 1º - Fica denominada **"Estrada Municipal Raul Ribeiro dos Santos"** a TMN-224, que se inicia no cruzamento com a Estrada Municipal TMN-356, que liga aquela via ao Bairro do Mato Dentro, conforme Memorial Descritivo anexo.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento Financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de novembro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de novembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.462, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1998.

"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município da Estância Turística de Tremembé-SP., para o exercício de 1999."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o exercício de 1999, estima e fixa a despesa em **R$ 18.696.800,00 (DEZOITO MILHÕES, SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS)**, discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

ARTIGO 2º - A **RECEITA** será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos desta lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária	R$ 4.586.000,00	
Receita Patrimonial	R$ 35.000,00	
Receita de Serviços	R$ 50.000,00	
Transferências Correntes	R$ 10.359.800,00	
Outras Receitas Correntes	R$ 2.646.000,00	R$ 17.676.800,00

RECEITAS DE CAPITAL

Transferências de Capital	R$ 1.020.000,00	R$ 18.696.800,00
TOTAL		R$ 18.696.800,00

ARTIGO 3º - A **DESPESA** será realizada segundo a discriminação dos Quadros de "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta lei.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - Legislativa	R$	755.000,00
03 - Administração e Planejamento	R$	4.460.800,00
04 - Agricultura	R$	57.400,00
08 - Educação e Cultura	R$	5.656.600,00
10 - Habitação e Urbanismo	R$	4.122.000,00
13 - Saúde e Saneamento	R$	2.260.000,00
15 - Assistência e Previdência	R$	1.098.000,00
16 - Transportes	R$	287.000,00
TOTAL	R$	18.696.800,00

POR PROGRAMA

01 - Processo Legislativo	R$	639.000,00
07 - Administração	R$	3.143.400,00
08 - Administração Financeira	R$	1.218.400,00
09 - Planejamento Governamental	R$	10.000,00

30 - Segurança Pública	R$	40.000,00
41 - Educação da Criança	R$	1.133.000,00
42 - Ensino Fundamental	R$	3.891.600,00
44 - Ensino Superior	R$	15.000,00
46 - Educação Física e Desportos	R$	243.000,00
48 - Cultura	R$	411.000,00
49 - Educação Especial	R$	50.000,00
58 - Urbanismo	R$	2.748.000,00
60 - Serviços de Utilidade Pública	R$	1. 334.000,00
62 - Indústria	R$	20.000,00
75 - Saúde	R$	2.190.000,00
76 - Saneamento	R$	90.000,00
81 - Assistência	R$	348.000,00
82 - Previdência	R$	717.000,00
84 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	R$	120.000,00
88 - Transporte Rodoviário	R$	270.000,00
91 - Transporte Urbano	R$	66.000,00
TOTAL	R$	18.696.800,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes	R$	14.742.800,00
Despesas de Capital	R$	3.954.000,00
TOTAL	R$	18.696.800,00

PODER LEGISLATIVO

1 - Legislativo	R$	755.000,00

PODER EXECUTIVO

2 - Gabinete do Prefeito	R$	3.779.400,00
3 - Assessoria de Agricultura e Abastecimento	R$	57.400,00
4 - Assessoria de Assuntos Políticos	R$	56.400,00
5 - Assessoria de Assuntos Jurídicos	R$	114.400,00
6 - Assessoria Administrativa	R$	904.400,00
7 - Assessoria de Finanças	R$	768.400,00
8 - Assessoria de Educação e Cultura	R$	5.476.000,00
9 - Assessoria de Planejamento e Obras	R$	5.095.400,00
10 - Encargos Gerais do Município.	R$	1.690.000,00
TOTAL	R$	18.696.800,00

ARTIGO 4º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todos os seus órgãos e fundos, estima a **RECEITA** e fixa a **DESPESA** em R$ 2.623.800,00 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil e oitocentos reais), assim discriminadas:

01 - Legislativo	R$	26.000,00
03 - Administração e Planejamento	R$	658.800,00
04 - Agricultura	R$	11.400,00
08 - Educação e Cultura	R$	594.600,00
10 - Habitação e Urbanismo	R$	237.000,00
13 - Saúde e Saneamento	R$	420.000,00

15 - Assistência e Previdência	R$	649.000,00
16 - Transporte	R$	27.000,00
TOTAL	R$	2.623.800,00

ARTIGO 5° - Esta lei entrará em vigor em 1° de janeiro de 1999, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de dezembro de 1998.

Mario Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de dezembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.463, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1998.

"Dispõe sobre nova redação ao inciso V do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, alterado pela Lei Municipal nº 2.427, de 12 de março de 1998".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O inciso V do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, alterado pela Lei Municipal nº 2.427, de 12 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 82 - ...

V - As alíquotas serão diferenciadas nos seguintes casos:

a) - 0,75% (ZERO VÍRGULA SETENTA E CINCO POR CENTO) aos preços dos serviços prestados nos itens 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 30, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 52, 53, 54, 57, 59 (com exclusão do sub-ítem "E"), 62, 63, 64, 65, 67, 68, 82, 83, 84, 86, 98 E 99 da Lista de Serviços, as empresas que empreguem menos de 40% (quarenta por cento) de moradores do município no seu quadro funcional.

b) - 0,25% (ZERO VÍRGULA VINTE E CINCO POR CENTO) aos preços dos serviços prestados nos itens 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 29,30, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 48, 52, 53, 54, 57, 59 (com exclusão do sub-ítem "E"), 62, 63, 64, 65, 67, 68, 82, 83, 84, 86, 98 e 99 da Lista de Serviços, as empresas que empreguem 40% (quarenta por cento), ou mais, de moradores do município no seu quadro funcional.

ARTIGO 2º- Esta situação estará sujeita a fiscalização específica, sendo que o contribuinte deverá apresentar semestralmente relação de empregados, com nome completo, número da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), endereço dos mesmos e cópia dos CAGED's (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho) e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) daquele período ao Setor Fiscalizador competente.

Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 272-3411 - FAX: 272-3592 - E. São Paulo

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de dezembro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de dezembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 - Fone: 272-3411 - FAX: 272-3592 - E. São Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.464, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1998.

"Dispõe sobre pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Quando o valor mensal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, a ser recolhido aos cofres públicos, seja através da Rede Bancária ou junto a Tesouraria Municipal, for igual ou inferior a R$ 10,00 (DEZ REAIS), o mesmo deverá ser recolhido, cumulativamente, com o lançamento do mês anterior, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido, não cabendo cobrança de quaisquer acréscimos na referida suspensão.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de dezembro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de dezembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

LEI Nº 2.465, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1998.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar, da ordem de **R$ 50.000,00** (CINQÜENTA MIL REAIS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

8.	**ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
8.1	**SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	
08421882.33	Seção de Ensino de 1º Grau - ER.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)R$ 50.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)R$ 50.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....	(+)R$ 50.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura da despesa a que se refere o artigo anterior, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária corrente:

9.	**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS**	
9.1.1	**SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO**	
10583231.23	Pavimentação e Conservação de Vias Públicas	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)R$ 50.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)R$ 50.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-)R$ 50.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de dezembro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de dezembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual nº 8.506, de 27 de dezembro de 1993)

LEI Nº 2.466, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1998.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial para o fim que determina."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um **Crédito Adicional Especial** da ordem de R$ 160.000,00 (CENTO E SESSENTA MIL REAIS), para custear despesas com a construção do Centro de Convivência da 3ª Idade e Ampliação do Centro de Saúde, assim classificado:

2.	GABINETE DO PREFEITO	
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
13754282.13	Manut. Serv. Saúde - P.A.A.T. e Ambulatório	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)R$ 90.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)R$ 90.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(+)R$ 90.000,00
15814872.15	Manutenção das Atividades do F.S.S.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)R$ 70.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)R$ 70.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(+)R$ 70.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura da despesa a que se refere o artigo anterior, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária corrente:

9.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS	
9.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO	
10583231.23	Pavimentação e Conservação de Vias Públicas.	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)R$ 160.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)R$ 160.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-)R$ 160.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de dezembro de 1998.

Mário Carneiro Leão
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de dezembro de 1998.

Wilson do Amaral
Secretário Municipal